

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 26-03-2026

Ata nº 6

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Albano Esteves Domingues	Presidente da Câmara Municipal	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel José Cardoso Rodrigues	Vereador	P
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Vereador	P
Liliana Alexandra Alves Gonçalves	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 20-03-2026

Operações Orçamentais	1.417.676,48€
Operações de Tesouraria	597.486,10€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Ana Maria Cerqueira da Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Melgaço deu início à reunião, começando por apresentar cumprimentos e dar as boas-vindas a todos os Vereadores, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e técnica do Município presentes.

I – Antes da ordem do dia

Aberto o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por perguntar às senhoras e senhores Vereadores se algum deles se pretendia inscrever para intervir nesta parte da ordem de trabalhos.

Inscreveram-se, nesse seguimento, o senhor Vereador José Adriano Lima e a senhora Vereadora Fátima Pereira.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu pretender deixar algumas notas da sua parte. Principiou por informar que à data se haviam realizado várias assembleias gerais de entidades societárias e parceiras do Município, nas quais o Executivo havia participado, entre as quais a da Valorminho (que teve lugar, em Valença, no dia 24 desse mês de março), da Adriminho e das Águas do Norte, S.A. (que se haviam realizado na manhã do dia em curso). Transmitiu que a reunião da assembleia geral da ADERE - Peneda-Gerês terá lugar na segunda-feira seguinte, dia 30 de março, com a presença do senhor Vice-Presidente, e que nesse mesmo dia 30/03 se realizaria também a assembleia geral das Comédias do Minho, que contará com a participação da senhora Vereadora Liliana Gonçalves, via *online*.

Como segunda nota o senhor Presidente da Câmara Municipal sublinhou que no dia 13 de março de 2026 havia sido feita a apresentação pública do torneio Melgaço Easter Cup Handball, no Salão Nobre da Câmara Municipal, onde se procedeu, também, à assinatura do protocolo entre as partes (Município, Melsport e Essenci Girassol, enquanto empresa organizadora). Comunicou que o momento contou com a presença da entidade organizadora, de vários parceiros e patrocinadores e do Autarca do vizinho concelho de Arbo, Don Horacio Gil Exposito, entre outras entidades. Informou que este torneio terá lugar entre os dias 1 e 4 de abril, com epicentro no Centro de Estágios, mas com agregação do pavilhão de Arbo e do pavilhão de Valeixe, cujo uso foi facultado pelo Alcalde de A Caniza, Don Luís Antonio Piña. Referiu que este torneio contará, assim, com 5 pavilhões, os 3 de Melgaço (do Centro Escolar de Pomares, da Escola EB 2,3 de Melgaço e do Centro de Estágios), o de Arbo e o da Caniza.

O terceiro assunto que o senhor Presidente referiu pretender abordar respeitava à deslocação que o próprio fez, no dia 18 de março de 2026, a Lisboa, para intervir numa reunião com a ESTAMO, entidade que gere e administra o património do Estado, a fim de discutir a questão relacionada com a obstaculização da passagem para o Coro Alto da Igreja de Paderne, por parte de alguns proprietários (privados) do Convento contíguo, passagem essa cujo exercício, ao abrigo de uma servidão de passagem, é ancestral. Informou que esse impedimento da passagem já obrigou, no decorrer das obras, a arranjar-se uma solução alternativa e temporária pelo interior

da Igreja, mas que somente tem condições de se manter no período de execução das obras. Acrescentou que nessa deslocação foi acompanhado pelo Chefe de Divisão de Obras e Serviços Urbanos do Município, Engenheiro Humberto, pelo Doutor Eduardo Afonso (que também esteve à frente da candidatura), pela Arquiteta Joana, da empresa que executa as obras, pelo representante eclesiástico, Padre César e pelo Arquiteto João Garrido, em representação da CCDR-N. Disse terem sido recebidos pelos senhores Presidente e Vice-Presidente da ESTAMO e pelos respetivos Chefes de Gabinete. Referiu que durante a reunião procuraram vincar o papel do Município, enquanto parceiro, interlocutor e intermediário, e que está presente no processo para fazer parte da solução, ajudando a construí-la, mas que lhe falece legitimidade para diligenciar a outros níveis, já que a Igreja é um monumento nacional e não pertence ao Município. Comunicou que a ESTAMO pediu quatro a cinco semanas para dar uma resposta, perguntando se já se havia diligenciado pela tentativa de resolução consensual do problema, ao que lhe foi respondido positivamente, de acordo com o que lhe havia sido reportado, designadamente pelo senhor Padre César, sem que, todavia, nela se tivesse obtido qualquer sucesso, antevendo-se, pois, o recurso à via judicial para a restituição da posse sobre a passagem como inevitável.

Como última nota o senhor Presidente da Câmara Municipal realçou os 99 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, data que no fim de semana passado, no dia 21 de março, havia justificado vários momentos de comemoração do aniversário, entre os quais a formatura do corpo ativo, o hastear da bandeira, a colocação de uma coroa de flores junto ao monumento de homenagem ao bombeiro, a bênção de três viaturas, uma das quais completamente nova, cuja aquisição resultou da apresentação de uma candidatura, com colaboração da parte do Município), o desfile do porta-estandarte e do corpo ativo pelas ruas da Vila, e, finalmente, um almoço-convívio e confraternização com os membros dos corpos sociais, com os bombeiros do corpo ativo e com a população que se quis associar.

Finda a sua intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Fátima Pereira, que começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores presentes, a senhora Chefe de Gabinete e a Dr.ª Ana Silva.

Prosseguiu a sua intervenção abordando o Melgaço Alvarinho Trail, dizendo que esta prova teve mais inscrições este ano, comparativamente com o ano anterior, quiçá pelo facto de a prova do ano transato ter coincido com outras provas. Referiu saber que também houve muita adesão em alguns anos anteriores, mais concretamente em 2019, com a inscrição, nesta prova, de cerca de 1.700 atletas, quando o senhor Vereador José Adriano Lima estava à frente da Melsport. Disse ser bom começar outra vez a ter cada vez mais inscrições. Chamou à atenção para o facto de ter decorrido, na mesma data, a final da Taça de Portugal de Trail, no município de Povoação, em São Miguel, Açores, a qual contou com a presença dos melhores atletas, que dão prestígio à prova. Referiu que o Município deve ter em conta, em futuras edições, se existe a coincidência da data do Melgaço Alvarinho Trail com alguma prova desta importância a decorrer no país, a fim de se conseguir trazer ainda mais gente do que aquela que veio este ano.

Ainda sobre esta prova do Melgaço Alvarinho Trail, pediu para ser elucidada quanto ao motivo que esteve subjacente à deslocalização da chegada e da partida para o Centro de Estágios, a qual, segundo a sua opinião, retirou um bocado de vida à Vila. Disse que se notou que a Vila

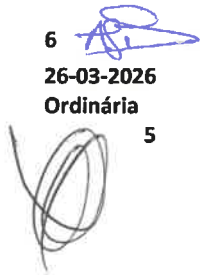
estava mais deserta. Considerou que se a prova tivesse a chegada ou a partida, ou ambas, no centro da Vila, movimentaria a Vila, principalmente os comércios da zona, os cafés e os restaurantes.

Na sequência desta intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu à senhora Vereadora Fátima Pereira dizendo ser conhecedor de que a prova do Melgaço Alvarinho Trail já teve, anos atrás, mais de mil participantes, mas que importava não esquecer que no ano anterior apenas tivera 360 inscritos, vindo, desde há anos, e sucessivamente, em perda. Acrescentou que tendo em conta esse decréscimo alguma coisa teria que ser feita, a fim de tentar reverter esse processo de perda, que foi contínua e progressiva ao longo dos anos. Disse que o Executivo havia arriscado adiantar a prova cerca de dois meses e que, felizmente, este ano se conseguiu dar a volta, tendo-se inscrito na prova quase mais 200 atletas comparativamente com o ano anterior, tendo passado de 360 para 550 inscritos. Disse que não é possível ao Município controlar todos os trails que possam coincidir com o Melgaço Alvarinho Trail, e que, na verdade, este último já se encontrava agendado para esta data desde há vários meses, não obstante também entender que se deverá procurar evitar que o nosso trail coincida com a data da realização de outras provas no país. Registou, com satisfação, o aumento muito considerável do número de participantes na edição deste ano, referindo que é uma aposta do Executivo em funções que em edições futuras este número seja ainda maior, se bem que com a preocupação de que respeite os limites comportáveis para a organização, designadamente em termos de logística.

Relativamente à questão do local escolhido para a partida e a chegada, informou que já em anos anteriores haviam acontecido no Centro de Estágios e que no pós realização desta última edição já havia trocado impressões com os demais elementos do Executivo e com a organização do evento no sentido de ser desejável que as mesmas voltem a fazer-se, para o ano, na Vila. Justificou a localização da partida e da chegada na prova do ano em curso com o facto de ser ter aproveitado a logística da prova de XCO que ocorrera, no Centro de Estágios, cerca de 2 semanas antes.

Retomou a palavra a senhora Vereadora Fátima Pereira, voltando a frisar que o Município deverá escolher a data de realização da prova do Melgaço Alvarinho Trail que seja mais conveniente e que não colida com outras provas, por forma a atrair a participação de mais atletas, até porque se está a falar de uma prova em que os participantes sempre manifestaram um imenso gosto em participar, referindo, aliás, que nunca foram tão bem recebidos no país, como o têm sido em Melgaço.

Com relação a estas últimas declarações o senhor Presidente da Câmara Municipal acrescentou que o adiantamento de cerca de dois meses para a realização desta prova foi pensado exatamente para fugir um bocadinho daquilo que é uma época de maior saturação deste tipo de provas no país. Referiu, ainda, que a prova foi este ano muito elogiada, não só pelo bem-receber das gentes de Melgaço, pelas excelentes condições de paisagem e orografia, mas também pela excelência do percurso e pelo nível de dureza. Manifestou desejar que este reconhecimento continue a verificar-se futuramente e que Melgaço continue a ser falado, também no âmbito desta prova, pelos melhores motivos.



Ainda sobre esta prova, e na sequência das intervenções anteriores, pronunciou-se o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, adiantando que já foi anunciada a data da próxima edição, que será no dia 14 de março de 2027. Referiu que o participante que ganhou a prova dos 50 km foi a primeira vez que veio a Melgaço e ficou maravilhado e que todas as pessoas apreciaram muito, tendo elogiado, efetivamente, as condições em que foram recebidos. Informou que a partida e chegada da prova só não vieram para a Vila precisamente porque se aproveitou o pórtico da prova do XCO, que se encontrava montado no Centro de Estágios, descomplicando-se, assim, a logística, que era um bocado complicada. Tendo admitido que a prova dá vida à Vila, não quis, contudo, deixar de referir que teve lugar, no fim de semana passado, a prova dos carros antigos, que estiveram na Praça, em frente ao edifício da Câmara Municipal, e que o café sito ao lado se encontrava fechado. Referiu que os comerciantes têm que fazer a sua parte e estar abertos em dias de eventos em que há bastante movimento de pessoas. Sobre esta intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que é desejável que a dinamização aconteça tanto na Vila como no Centro de Estágios.

Tomou a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, com o consentimento do senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, e os colaboradores do Município presentes.

Prosseguiu, abordando a prova do Melgaço Alvarinho Trail, na sequência do que já havia sido falado. Disse que esta prova é uma prova regulamentada pela ATRP, que é a associação que também organiza a Taça de Portugal. Disse admitir que a ATRP não tem o cuidado de que não haja coincidência de datas de trails e que, por esse motivo, o Município deve evitar a marcação da prova do Melgaço Alvarinho Trail em dias em que já estejam agendadas outras provas desta natureza.

Em relação à capacidade logística disse que o Município, estando atualmente com um número de participantes na casa dos 550 atletas, e tendo em conta que já teve 1.700 atletas inscritos, não deve ter receio a esse nível. Disse que Melgaço tem condições de excelência e que espera que se alcance a meta de mais de 1.700 atletas participantes.

Sobre a questão do ponto de partida e de chegada começou por concordar com o senhor Presidente, quando este disse que o Município precisa dinamizar a Vila e o Centro de Estágios, o que referiu já se ter tido o cuidado de fazer no passado, por forma a que os atletas tivessem acesso e ficassem a conhecer aquilo que se faz em Melgaço, bem como as instalações do Complexo Desportivo, as piscinas, entre outros. Manifestou ser sua opinião que a partida e a chegada devem continuar a ser na Vila.

Quanto ao facto de os cafés se encontrarem fechados em dias de eventos, disse que isto já tem sucedido no passado, e que não é agradável, para quem neles participa, não haver um estabelecimento onde se possa tomar uma bebida e acolher os amigos e familiares que aguardam pela chegada dos participantes.

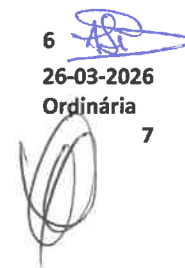
Referiu, ainda, não perceber o porquê de algumas pessoas e de alguns comerciantes não saberem que o evento se encontrava em curso, e que o mesmo não teve impacto naquilo que é a sua atividade. Mais referiu que os comerciantes que se pronunciaram sobre as repercussões desta prova na sua atividade disseram que perderam com a deslocalização da partida e da chegada da mesma para o complexo desportivo. Concluiu, afirmando que o Município deve manter a Vila como ponto de partida e ponto de chegada da prova e que deve ter o cuidado de fazê-la passar pela zona do complexo desportivo, mostrando, assim, aquilo que Melgaço tem lá para oferecer.

Passando, de seguida, a abordar as notas que queria deixar, o senhor Vereador José Adriano Lima começou por destacar o 99º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, que se celebrou no passado dia 21 de março, e felicitou esta associação por mais um aniversário. Manifestou a sua grande satisfação pelo percurso que esta instituição, ao longo dos últimos anos, tem feito a vários níveis, não só na capacidade de resposta à população, mas também naquilo que é a sua situação financeira. Reconheceu a sua importância e felicitou todas as pessoas que a representam pelo excelente trabalho que prestam à Comunidade. A propósito das celebrações do 99º aniversário desta instituição, e tendo em conta ser hábito da mesma convidar o Executivo Municipal para estar presente nas cerimónias, perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal se chegara algum convite que não tenha sido reencaminhado aos senhores Vereadores do PS ou se pura e simplesmente não chegara.

Ainda sobre os bombeiros, enfatizou a questão do novo quartel. Sobre isto disse que não basta dizer-se que os bombeiros são muito importantes e que trabalham muito bem, sendo relevante que a Comunidade reconheça este facto com ações. Disse que por ocasião da reunião acerca do orçamento municipal falou sobre esta questão do novo quartel, tendo, ele próprio, nessa altura, referido que é de conhecimento de todos que já existe um local e um projeto e que o que agora falta é o financiamento para avançar com a obra. Considerou que este é um desafio grande. Pese embora admitir saber que existem algumas regras a este respeito, mesmo para o financiamento por parte da Tutela, perguntou, ainda assim, ao senhor Presidente, se houve alguma diligência no sentido de conseguir financiamento para este desafio.

Por fim, abordou a questão do abastecimento de água, começando por dizer que teve conhecimento, através das redes sociais, nomeadamente da parte do Município de Melgaço, que existem problemas de abastecimento, sobretudo nas freguesias de Penso e Prado. Pediu, por conseguinte, ao senhor Presidente, para acrescentar algum esclarecimento sobre essa matéria.

Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, agradecendo a intervenção do senhor Vereador José Adriano Lima. Passou, seguidamente, a responder aos vários assuntos que este aflorou no período de antes da ordem do dia, começando por referir que ficou surpreendido com a alegação de as pessoas não se terem apercebido do evento da prova do Melgaço Alvarinho Trail. Afirmou, a esse propósito, que ele próprio se inscrevera e havia participado no trail curto, de 20 km, tendo subido a Fiães, localidade onde já se ouviam os altifalantes relacionados com a prova, os quais se fizeram igualmente ouvir, durante o dia, em



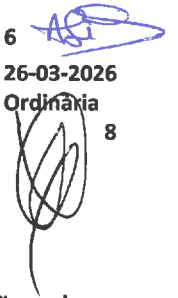
parte do concelho. Disse, por conseguinte, que a seu ver não traduz a verdade o dizer-se que as pessoas não se aperceberam do evento, até porque não é todos os dias que se ouvem altifalantes de manhã até à noite, no concelho.

Sobre a questão dos comerciantes afirmou que, tal como já havia afirmado noutras ocasiões, os mesmos também têm que fazer o seu caminho, dar mais um pouco para proteger os seus negócios, fazê-los crescer e produzir rendimento. Referiu que, por vezes, é um pouco desmotivador ver que o Município faz a sua parte para promover o território e, do outro lado, não se agarram estas oportunidades para crescer e para ganhar dinheiro.

Relativamente à questão do convite para a celebração do 99º aniversário dos Bombeiros, informou que foi convidado em reunião presencial para as cerimónias, não tendo recebido qualquer convite que fosse dirigido a todo o Executivo Municipal, sendo que acaso tal tivesse acontecido teria tido todo o gosto em o reencaminhar aos senhores Vereadores do PS.

Sobre o quartel, referiu que é conhecido, do geral da população, o estado de degradação desta infraestrutura, o que já acontece há mais de 10 anos a esta parte, e que os Executivos liderados pelo PS não a resolveram. Transmitiu que a solução desta situação passará, como é normal, pelo fator do financiamento. Informou que já teve oportunidade de veicular este assunto e até de ter trocado algumas opiniões sobre aquilo que poderá ser feito no sentido de que o novo quartel venha a ser uma realidade, nas várias reuniões que já teve com a direção desta Instituição e com o senhor Comandante do Corpo Ativo. Comunicou que o Município está atento, perscrutando eventuais quadros de financiamento, uma vez que crê que a solução poderá passar por aí. Disse que o Município não cortou nem sequer 1 Euro nos apoios que tradicionalmente eram dados à Associação, perfazendo cerca de 230.000 Euros. Mencionou que esta questão está a ser conversada e disse esperar que a mesma se resolva no âmbito de uma parceria ou de uma eventual permuta com alguma empresa ou empreiteiro da área da construção civil. Disse que esta foi uma ideia que deu à Direção, concretizando-se na possibilidade de um empreiteiro se predispor a construir o novo quartel e ficar com o antigo, reabilitando-o ou requalificando-o para outros fins, mormente para a habitação. Comunicou que, se entretanto, houver possibilidade de financiamento num quadro comunitário, o Município estará cá para ajudar tecnicamente e a todos os níveis para que o novo quartel venha a ser uma realidade.

Quanto à questão do abastecimento de água transmitiu que aquilo que lhe foi referido pela Divisão de Obras e Serviços Urbanos é que o concelho tem um nível de qualidade da água de consumo doméstico perto dos 100%, e que sempre que há um alerta, por mínimo que seja o fator de contaminação, mesmo que não esteja em risco a saúde pública, o Município, enquanto entidade gestora, tem que fazer este alerta à população. Referenciou que os indicadores que despoletam tais alertas podem até ter origem na forte pluviosidade que se tem feito sentir, que conduz à infiltração, no subsolo, atingindo os níveis freáticos, de algumas substâncias, designadamente de tratamento de vinhas ou herbicidas. Mais referiu ter-lhe também sido reportado que o colaborador do Município, Diogo Castro, fruto do trabalho que foi desenvolvendo, conseguiu ajustar os produtos com que se trata a água, elevado a qualidade a um



patamar de excelência, mas que tal colaborador esteve ausente do trabalho, por questões de ordem pessoal, sendo que o trabalhador que o foi substituir naquelas funções ainda não conseguiu atingir esse nível de ajustamento dos produtos de tratamento, o que também pode ter despoletado os indicadores que conduziram a estas situações de alerta, que tem sido resolvidas à medida que foram aparecendo.

Tendo pedido, de novo, a palavra, e na posse dela, o senhor Vereador José Adriano Lima, relativamente à questão da falta de dinâmica na Vila aquando da prova do Melgaço Alvarinho Trail disse que ele próprio se apercebera da mesma e que, a par disso, dois comerciantes da praça lhe referiram que sentiram essa falta. Realçou, contudo, a sua satisfação pelo facto de o senhor Presidente ter dito que a partida e a chegada desta prova voltariam, em próximas edições, para o centro da Vila.

Quanto ao facto de o senhor Vice-Presidente ter dito que a data da próxima edição do Melgaço Alvarinho Trail já tinha sido anunciada, observou que já era habitual fazer-se isso em todos os eventos. Referenciou que mais importante do que anunciar a data é fazer-se um “trabalho de formiguinha”, no sentido de a equipa do Município afeta a estes eventos ir pelo país fora para dar a conhecer este trail e convidar as pessoas a participarem. Confessou ter sido assim que, numa edição passada, o Município logrou obter as 1.700 inscrições.

Sobre a questão do novo quartel clarificou que tem de ser uma iniciativa da parte da direção dos Bombeiros. Disse crer que faz algum sentido que a Câmara Municipal tenha uma postura mais proativa em relação a esta matéria. Confidenciou resultar da sua experiência o conhecimento de que o financiamento para este tipo de obra não é assim tão fácil como se possa pensar, primeiro porque a Tutela, para financiar este tipo de obras, impõe certos requisitos, e depois porque não é muito fácil enquadrá-lo em termos de fundos comunitários. Sugeriu que continue a haver conversas com a Direção e que sejam encetadas diligências externas, como por exemplo uma reunião com a Tutela. Disse, ainda, que é necessário tentar perceber outras coisas antes do financiamento, como é o caso do projeto existente, que na altura foi apoiado pelos anteriores executivos do PS, e que, agora, pode estar já desatualizado. Comunicou que a hipótese que os senhores Vereadores do PS equacionaram era a de se construir efetivamente um novo quartel, devendo o antigo quartel ser adquirido pela Câmara Municipal, o que já aconteceu noutros concelhos. Disse que este edifício é um edifício muito bem localizado, que poderá ser aproveitado para outras utilizações.

Sobre esta sugestão o senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou ser curioso ver os senhores Vereadores do PS sugerirem estes projetos, sem pensarem com que estrutura financeira, com que financiamento, é que o Município poderia adquirir mais um edifício, o qual viria a constituir mais uma fonte de despesa. Questionou-se sobre o que é que os senhores Vereadores andaram a fazer nestes últimos 10 anos, já que tinham este projeto em mente e não o concretizaram.

Relativamente à prova de Melgaço Alvarinho Trail o senhor Presidente da Câmara Municipal reforçou que, pese embora o facto de o senhor Vereador José Adriano Lima insistir no



número de inscrições de 1.700 atletas, se esquece que a prova veio sucessiva e gradualmente a perder atletas, a ponto de na edição anterior apenas ter tido 360 inscritos, realçando que este ano se conseguiu reverter esse decréscimo de inscrições, que se vinha a verificar desde há anos, tendo-se aumentado as inscrições em mais de 30 ou 40% com relação ao ano passado. Disse que o trabalho está a fazer-se e que estão a ser criadas dinâmicas no sentido da promoção da prova e do Centro de Estágios. Considerou, no entanto, que não se pode querer que tudo aconteça de um momento para o outro.

Voltando à questão dos comerciantes o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que existem várias formas de os mesmos se agregarem a esta prova ou eventos, sendo certo que, por exemplo, ninguém solicitou a montagem de uma barraquinha para venda dos seus produtos. Considerou que todos devem ter noção de que as coisas só mudam se cada um cumprir a sua parte no processo. Referiu, finalmente, que o Município não pode estar na retaguarda de tudo nem tão pouco se pode substituir à iniciativa privada.

Não havendo mais intervenções no período de antes da ordem do dia passou-se para o período da ordem do dia.

II – Período da Ordem do dia

Administração Municipal

74. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n. 95 de 12-03-2026.

O Executivo deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, a aprovação da Ata n. 95 de 12-03-2026.

Na exposição deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que foi distribuída, por todos os Vereadores, a minuta da ata da reunião anterior, dia 12 de março, tendo sido rececionados contributos da parte dos dois Vereadores do PS. Referiu que foram acolhidos os contributos dados pela senhora Vereadora Fátima Pereira e que foi cortada da ata a menção que a mesma havia assinalado a vermelho e pedido para se retirar. Relativamente aos contributos apresentados pelo senhor Vereador José Adriano Lima comunicou ter sido acolhida a primeira das sugestões, que em nada alterava o sentido do anteriormente escrito, mas que tal acolhimento já não poderia ter o segundo dos pedidos de alteração, porquanto o que o senhor Vereador José Adriano Lima tinha efetivamente afirmado, na anterior reunião, quando falou da receita associada ao evento, havia-o sido por reporte à prova do Campeonato Europeu de XCO e não, como agora pretendia, à prova do Portugal Under Cup. Informou que o Executivo teve o cuidado de se juntar, em momento prévio ao da reunião em curso, juntamente com a senhora Chefe de Gabinete, para lembrar o que havia sido dito por aquele senhor Vereador sobre este



assunto, tendo-se rapidamente chegado à conclusão que aquilo que o mesmo disse, quando falou da questão da receita, foi especificamente relacionado com o Campeonato Europeu do XCO e não com o Under Cup.

Após a exposição desta consideração, o senhor Vereador José Adriano Lima disse que pode ter-se expressado mal, mas a verdade é que estava a falar do Under Cup e não do Campeonato Europeu do XCO, o que, segundo ele, faz sentido, uma vez que é sabido que no Under Cup são cobrados valores para os pais e para as pessoas assistirem aos jogos, tendo, portanto, uma receita associada. Referiu ter sido neste sentido que falou.

A esta afirmação o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu dizendo que os valores referidos logo a seguir à passagem em questão, e que o senhor Vereador José Adriano Lima não pôs em causa, são diretamente relacionados com a prova do XCO, acrescentando que este último referenciou e cabimentou tais valores ao Europeu do XCO e não ao Under Cup, não sabendo se se tratou ou não de um lapso na exposição daquele senhor Vereador.

O senhor Vereador José Adriano Lima disse, por conseguinte, que teve o cuidado de pedir esta alteração, porque o que estava escrito na ata, a este respeito, não fazia sentido, reiterando, assim, a sua posição no sentido de que estava a falar do Under Cup e não do XCO. Referiu que apenas a seguir a esta frase é que se reportou ao XCO, até porque são coisas diferentes, tendo a Under Cup receita associada e o XCO não.

Após estas intervenções, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou a ata n.º 5, de 12-03-2026, à votação.

O Executivo deliberou, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, a aprovação da Ata n.º5, de 12-03-2026.

O Vereador José Adriano Lima, declarou que iria apresentar declaração de voto, no prazo de 48 horas.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

75. Justificação de falta.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

76. Ofício da Freguesia de Alvaredo, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 102.736,47€ + IVA, para pagamentos dos trabalhos executados na empreitada "Ampliação do Cemitério de Alvaredo". A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o presente pedido de subsídio tem a ver com a ampliação do cemitério de Alvaredo, o qual, à semelhança do que sucede noutras freguesias, tem falta de covatos para sepulturas. Transmitiu que foi aberto um concurso público, pela Junta de Freguesia de Alvaredo, tendo a obra sido adjudicada à empresa RC3 pelo valor de 160.000 EUROS. Referiu que, deste valor, o que se encontra executado e comprovado por autos de medição são 102.736 EUROS, sendo este o valor que a Junta de Freguesia pede agora ao Município para fazer face aos custos com esta obra. Comunicou que aquilo que, a este título, está previsto no orçamento municipal para aprovação e transferência para a Freguesia de Alvaredo são 90.000 EUROS, sendo, portanto, este o valor que se propõe para aprovação.

Tendo perguntado se alguém pretendia intervir quanto a este assunto, pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, que disse que os senhores Vereadores do PS ficam satisfeitos pelo facto da resolução deste problema da Junta de Freguesia de Alvaredo estar a ter desenvolvimentos. Transmitiu que era conhecido que a Freguesia de Alvaredo estava a ficar sem campas no cemitério, considerando, por isso, que este é um investimento necessário para atender às necessidades da sua população. Referiu que, tal como o senhor Presidente havia explicado, existe uma diferença na ordem dos 12.000 EUROS entre aquilo que é o pedido da Junta de Freguesia e aquilo que é proposto aprovar para atribuição, e acrescentou que é sabido que, para além desta diferença, existem, ainda, mais faturas e juros de mora a serem imputados à Freguesia pelos atrasos no pagamento. Nesta sequência, perguntou, ao senhor Presidente se já existira alguma conversa com a Junta de Freguesia no sentido de se acautelar o futuro relativamente à atribuição de subsídio no valor remanescente, tendo em conta que o valor total da obra ronda os 170.000 EUROS.

Na sequência desta intervenção o senhor Presidente da Câmara Municipal reiterou que o Executivo propõe aprovar o valor que está previsto no orçamento. Disse que são 78 as sepulturas que se encontram construídas (fruto desta ampliação, tal como executada até agora) e que a lista de espera tem 10 pessoas. Disse ter por certo que em função disso a freguesia estará salvaguardada, a este nível, por alguns anos.

Tomou a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima, que disse ter conhecimento de que, neste momento, a Junta Freguesia de Alvaredo tem 3 campas disponíveis, encontrando-se suspensos os trabalhos. Por este motivo, perguntou ao senhor Presidente como é que se vai proceder para o futuro.

Relativamente a esta intervenção, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por afirmar que não é esta a informação que consta do pedido da Junta de Freguesia, onde é referido que existem 6 sepulturas disponíveis. Referiu, relativamente ao



futuro, que é necessário acabar a obra, o que poderá ser feito com fundos próprios da Freguesia, do Município, ou, eventualmente, com uma colaboração mútua, que é aquilo que está a acontecer agora. Afirmou que nem tudo tem que passar pela Câmara, sendo, no entanto, verdade que a Câmara se propõe aprovar o máximo daquilo que tem previsto no orçamento, não podendo ir para além disso.

Explicou que, do valor total da obra (170.000 EUROS) mais de metade está executado (102.000 EUROS), estando, portanto, a situação acautelada neste momento.

A este propósito, o senhor Vereador José Adriano Lima enfatizou que, se fosse caso disso, e se houvesse vontade, poder-se-ia fazer uma alteração ou revisão orçamental. Acrescentou que a questão é que o que está feito é a base estrutural, faltando, depois, a disponibilização das campas. Disse esperar que o Município consiga apoiar todo este investimento, já que é sabido que as Juntas de Freguesia, nomeadamente a Junta de Freguesia em causa, não tem recursos próprios para fazer face a esta diferença entre o valor da obra e o valor que se propõe agora aprovar.

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 93117 de 09-03-2026 e face às restrições orçamentais, no uso da competência prevista na alínea o), do n. 91, do artigo 33.º, da Lei n. 975/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 90.000,00€, aprovado em orçamento municipal para 2026, para pagamento de trabalhos executados na empreitada "Ampliação do Cemitério de Alvaredo".

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

77. Presente para efeitos de aprovação a proposta de ordem de execução n. 91 de trabalhos complementares e trabalhos a menos da empreitada "Reabilitação e Ampliação do Centro de Saúde de Melgaço", que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Relativamente a este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que esta obra está a seguir a bom ritmo e que o Município conseguiu regularizar alguns pagamentos que se encontravam pendentes, fruto de um trabalho que foi desenvolvido junto da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.. Informou que existem trabalhos complementares (na ordem dos 120.000 EUROS) e trabalhos a menos (na ordem dos 91.000 EUROS) e um diferencial de cerca de 28.000 EUROS mais IVA. Transmitiu que o que os serviços propõem, tendo em conta os trabalhos a mais, é adjudicá-

los à mesma empresa que está a executar a obra, o que faz, no seu entender, todo o sentido, pois entregá-los a outra empresa corresponderia à criação de atrasos e necessidade de articulação entre empreiteiros, o que é contrário à celeridade e agilização que se pretendem. Informou que está a ser feita, agora, a deslocação dos serviços e dos gabinetes das instalações antigas para a nova ala, por forma a se poder começar a intervencionar a parte antiga do edifício. Explicou que o que se pretende, neste assunto, é autorizar a despesa neste diferencial e aprovar a minuta adicional ao contrato.

Não tendo havido qualquer intervenção sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou-o à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 3130 de 09-03-2026 e no uso da competência prevista na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação:

- a) Proposta de ordem de execução de trabalhos complementares, no valor total de 120.254,09€ (+iva), correspondente a 5,89% do valor da empreitada, e trabalhos a menos no valor de 91.628,03€ (+iva) correspondente a 4,49% do valor da empreitada;
- b) A autorização da respetiva despesa;
- c) A aprovação da minuta de adicional ao Contrato n.º 66/2025;
- d) Remeter a presente informação à DPGT, de forma a notificar o projetista, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 378.º do CCP, para que seja exercido o direito de indemnização, até ao limite previsto no n.º 7 do mesmo artigo, conforme trabalhos identificados.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

78. Ofício da Junta de Freguesia de Cristóval, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 1.500,00€, destinado ao pagamento de trabalhos efetuados na construção de berma e valeta no lugar de Esquipa. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Relativamente a este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o mesmo é exemplo daquilo que são os limites do próprio Município. Explicou que havia uma obra a ser executada na Rua da Esquipa, em Cristóval, que implicava não só a reparação do muro mas também a reparação da valeta e que os condicionalismos existentes levaram a que a Câmara, ainda no mandato anterior, pudesse apenas suportar a reparação do muro, tendo ficado de parte a reparação da valeta. Disse que esta última foi executada pela Junta de Freguesia, a qual vem agora pedir que a Câmara subsidie essa parte da despesa. Comunicou que se está a falar de um montante de apenas 1.500 EUROS

e que este é, de facto, exemplificativo de que por vezes as coisas não se passam como o Executivo gostaria, mas sim de acordo com o que os limites financeiros impõem. Transmitiu que o que se propõe é a aprovação da atribuição de um subsídio, no valor de 1.500 EUROS, à Junta de Freguesia de Cristóval, para a reparação desta valeta. Feita esta exposição, perguntou se alguém pretendia intervir neste ponto.

Tomou a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima que referiu que os Vereadores do PS concordam com a atribuição deste apoio, facto pelo qual, iriam votar a favor.

Após esta intervenção o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 3141 de 09-03-2026 e no uso da competência prevista na alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio de 1.500,00€, para o pagamento de trabalhos efetuados na construção de berma e valeta no lugar de Esquipa, freguesia de Cristóval.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

79. Presente requerimento em nome de Jorge Nuno Mendes Domingues, a solicitar a isenção de taxas urbanísticas ao abrigo do Regulamento de Concessão de Apoios no Domínio da Habitação do Concelho de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Sobre este assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o senhor Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Territorial apreciou e informou que o casal requerente da isenção de taxas urbanísticas, ao abrigo do Regulamento da Concessão de Apoios no Domínio da Habitação do Concelho de Melgaço, reunia todos os requisitos aí previstos, devendo, por conseguinte, ser-lhe concedida esta isenção das taxas de edificação. Perguntou, de seguida, se alguém queria intervir neste ponto da ordem de trabalhos.

Pronunciou-se o senhor Vereador José Adriano Lima, manifestando agrado por mais um jovem casal beneficiar desta medida.

Após esta intervenção o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação.



O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 3628 de 18-03-2026 e no uso da competência prevista no artigo 75.º, n. 3 do Regulamento n. 162/2024, de 2 de fevereiro de 2024, a aprovação da isenção da taxa prevista no artigo 72.º deste mesmo Regulamento.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

80. Presente para efeitos de aprovação a proposta de atribuição de apoio económico no âmbito da ação social, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O senhor Presidente da Câmara fez uma breve exposição deste assunto, dizendo que os serviços da ação social deste Município, face aos baixos rendimentos *per capita*, às despesas mensais e às carências comprovadas do agregado em causa, bem como ao preenchimento dos pressupostos previstos no Regulamento de Apoios no Domínio da Ação Social do Município de Melgaço, propuseram a atribuição de um subsídio no valor de 250 EUROS, para fazer face às despesas quotidianas. De seguida, colocou este assunto à discussão, não se tendo pronunciado ninguém, facto pelo qual o colocou à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 3068 de 06-03-2026 e no uso da competência prevista na alínea u), do n. 1, do artigo 33.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um apoio no valor de 250,00€.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Presidência

81. Presente proposta de alteração da Constituição da Comissão Municipal de Vistoria Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, que ficará anexa a esta ata.

Acerca deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o mesmo tem a ver com a Comissão Municipal de Vistoria do RJUE, para vários fins, designadamente no que contende com as autorizações de utilização, a prestação de caução de obras de urbanização e a fiscalização de operações urbanísticas. Disse que o que concretamente motiva a alteração dos membros desta Comissão é o facto de alguns deles

já não fazerem parte do quadro de pessoal do Município ou terem pedido licença sem vencimento. Perguntou se alguém pretendia intervir neste ponto. Não tendo sido pedido o uso da palavra colocou o assunto à votação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, a aprovação da proposta de alteração da Constituição da Comissão Municipal de Vistoria Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

82. Presente requerimento em nome de Liliana Alexandra Alves Gonçalves, Vereadora da Câmara Municipal de Melgaço, a requerer a suspensão do seu mandato, pelo período de 120 dias, com início a 1 de abril de 2026, a fim de poder exercer o direito de maternidade, que ficará anexo a esta ata.

Na apresentação deste assunto o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que, por se tratar de um assunto do interesse direto da senhora Vereadora Liliana Gonçalves, a mesma ausentar-se-ia da sala, não participando na votação.

Passou, seguidamente, a dirigir à referida senhora Vereadora uma palavra de apreço pelo facto de a mesma se ter mantido em funções até às últimas semanas de gravidez. Disse que a suspensão de 120 dias pedida conta a partir do dia 1 de abril. Referiu que o Executivo em funções ponderou a sua substituição, a tempo inteiro ou a tempo parcial, mas que, tendo em conta estarmos perante um período de apenas quatro meses e face aos constrangimentos, mormente de ordem burocrática, inerentes à sua substituição, e ao necessário tempo de adaptação, decidiu avocar as competências que haviam sido delegadas na dita senhora Vereadora, e que a mesma iria ser substituída, nas reuniões de Câmara, por quem a seguisse na lista respetiva. Desejou que tudo lhe corresse bem no período final da gravidez, bem como durante e no pós-parto. Perguntou, de seguida, se alguém se queria pronunciar sobre este assunto.

Interveio a senhora Vereadora Fátima Pereira, que desejou as maiores felicidades à senhora Vereadora Liliana Gonçalves e que tudo corresse bem.

Interveio, igualmente, o senhor Vereador José Adriano Lima, que também desejou muitas felicidades à senhora Vereadora Liliana Alexandra Alves Gonçalves nesta nova etapa da vida.

Ata

Reunião de Câmara Municipal

Após estas considerações o senhor Presidente da Câmara Municipal colocou o presente assunto à votação, sem a participação da senhora Vereadora Liliana Alexandra Alves Gonçalves.

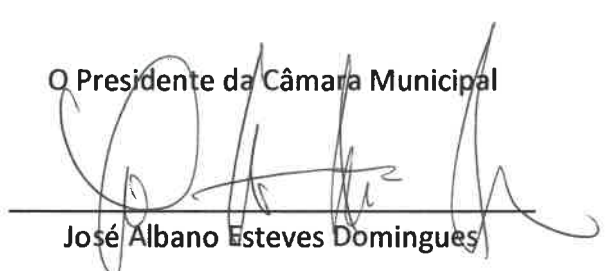
O Executivo deliberou, por unanimidade, a suspensão do mandato da Vereadora Liliana Alves Gonçalves, pelo período de 120 dias, com início a 1 de abril de 2026.

O senhor Presidente da Câmara Municipal propôs a aprovação da deliberação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 15.45 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Ana Silva, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



José Albano Esteves Domingues



MELGAÇO

Declaração de Voto

74. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 5 de 12-03-2026.

Em momento prévio à última reunião de Câmara, de dia 26 de março de 2026, e a propósito do assunto em título, o Vereador José Adriano Lima solicitou duas pequenas alterações à Ata n.º 5, de 12 de março de 2026. Já no âmbito da apreciação do assunto em reunião de Câmara, o Sr. Presidente de Câmara informou que uma das propostas de alteração seria acolhida, a outra não.

A proposta de alteração recusada é a seguinte:

- Pág. 10, 2.º parágrafo

"Pedi a palavra o senhor Vereador José Adriano Lima que, no uso dela, disse que, sem prejuízo da visibilidade do Under Cup (que foi uma prova que começou em Melgaço consigo, enquanto Presidente do Conselho de Administração da Melsport), ~~o Campeonato Europeu do XCO~~ é preciso ter em conta que é uma prova que tem uma receita associada e que, precisamente pelo crescimento que tem tido, esse volume de receita tem vindo a crescer. Ainda sobre o ~~Campeonato Europeu do XCO~~, disse que era sabido que a mesma tinha um custo na casa dos 400.000,00 Euros e que, daquilo que sabe da sua passagem pelo Executivo, e que foi confirmado pelo senhor Vice-Presidente, a mesma tinha uma receita associada de 300.000,00 Euros de financiamento, ficando, portanto, o Município com um custo na casa dos 100.000,00 Euros."

Perante a posição manifestada, o Vereador José Adriano Lima explicou o que tinha dito e a lógica subjacente... mesmo assim, o Sr. Presidente disse que não seria aceite a proposta de alteração, tendo o dito Vereador reforçado a explicação dada... mas o Sr. Presidente, persistentemente, disse que não acolhia a alteração e colocou o assunto à votação.



MELGAÇO

A Ata foi aprovada pela maioria da AD/Coligação PSD/CDS/PP e naturalmente com a abstenção dos Vereadores do PS, os quais apenas não votaram contra por concordar com o resto da Ata. Na verdade, são pequenas alterações, mas que colocam em causa a coerência do texto e que, mesmo assim, o Sr. Presidente de Câmara, com o conforto da maioria no órgão, disse não acomodar.

Felizmente, ainda, vivemos num Estado de Direito Democrático onde os órgãos colegiais representativos do Povo, como a Câmara Municipal, se organizam e dispõem de instrumentos para que cada um possa expressar, de forma livre, a sua justiça.

Destarte, perante tudo o que foi acima referido, o nosso sentido de voto é a abstenção.

Os Vereadores do PS,

José Adriano Lima

Fátima Pereira Esteves